


**Prevenção do câncer também é compromisso das empresas.**

No mês de Combate ao Câncer, a Unimed Porto Alegre reforça a importância do cuidado com a saúde antes de diagnósticos, lembrando que as empresas têm um papel importante nessa jornada.

Prevenir envolve adotar hábitos saudáveis, além de manter a vacinação em dia e realizar exames preventivos conforme as recomendações médicas. O acesso à informação e a identificação de possíveis sinais da doença são fundamentais para que cada pessoa possa buscar orientação e receber o cuidado adequado no momento certo.

Essa responsabilidade também chega ao ambiente de trabalho. A Lei Federal nº 15.377/2026 reforçou o papel das empresas na divulgação de informações sobre prevenção do câncer e no esclarecimento sobre o acesso a exames de cautela. A legislação também prevê que os trabalhadores sejam informados sobre o direito de se ausentar do trabalho, sem prejuízo de salário, por até três dias, a cada 12 meses para realizar exames preventivos de câncer, mediante comprovação.

Mais do que cumprir uma obrigação legal, promover a saúde no ambiente profissional significa ajudar a reduzir barreiras ao cuidado. Campanhas de conscientização, comunicação acessível e uma cultura de acolhimento podem incentivar as pessoas a priorizarem a própria saúde.

Na Unimed Porto Alegre, essa responsabilidade se traduz no compromisso contínuo com a promoção da saúde, a qualificação da assistência e a ampliação do acesso aos serviços especializados. A cooperativa conta com Centro de Oncologia e Infusão e Centro de Pesquisa Clínica, além de prever a implantação de um Centro de Oncologia em Capão da Canoa, no Litoral Norte gaúcho. A atuação também passa pela conscientização e pelo incentivo ao cuidado preventivo, reconhecendo que a informação e o acesso ao acompanhamento médico podem fazer diferença para a vida das pessoas.

Outubro e Novembro são meses em que a pauta ganha mais visibilidade e amplia o olhar sobre a importância da prevenção, mas o tema precisa ser abordado em outros períodos também. Quando informação, acesso e acolhimento caminham juntos, o cuidado ganha espaço na rotina das pessoas, inclusive no trabalho.

ANS - nº 352501

@unimedpoa unimedpoa unimedportoalegre unimedpoa.com.br


# BC alerta para avanço do peso das dívidas na renda

## Diretora da autarquia destacou avanço de modalidades de crédito mais caras

**/ ENDIVIDAMENTO**

**Gabriel Margonar**
gabrielm@jcrs.com.br

GABRIEL MARGONAR/ESPECIAL/JC



Izabela participou ontem de seminário da Faculdade de Direito da Ufrgs

O avanço do endividamento e a maior participação de modalidades de crédito com juros elevados no orçamento dos brasileiros preocupam o Banco Central (BC). Durante evento realizado ontem, em Porto Alegre, a diretora de Cidadania e Supervisão de Conduta da instituição, Izabela Correa, chamou a atenção para o crescimento do comprometimento da renda da população, especialmente entre as famílias de menor poder aquisitivo.

Segundo ela, o cenário reforça a necessidade de ampliar a proteção dos consumidores e garantir que a oferta de empréstimos considere a capacidade de pagamento de cada pessoa.

A avaliação foi apresentada ontem durante o 2º Seminário Propague de Cidadania Financeira, que está sendo realizado no Salão Nobre da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Ao abordar os desafios do sistema financeiro brasileiro, Izabela destacou dados recentes do Relatório de Estabilidade Financeira do BC, que apontam uma trajetória de crescimento do comprometimento da renda individual e uma participação maior de modalidades de crédito sem garantia, geralmente associadas a custos mais elevados.

Para a diretora, o debate sobre a expansão do crédito precisa ir além do volume de recursos disponibilizados à população. É necessário avaliar também as condições em que os empréstimos são concedidos, a compreensão dos consumidores sobre suas obrigações e a responsabilidade das instituições financeiras na análise da capacidade de pagamento.

"A questão não é simplesmente quanto crédito se concede, é qual crédito se concede, em quais condições se concede", afirmou.

A preocupação ocorre em um País que, segundo a diretora, já alcançou um nível elevado de acesso aos serviços financeiros. Atualmente, 97% da população brasileira está incluída no sistema financeiro, conforme Izabela. Apesar do avanço, ela ressaltou que possuir acesso a uma conta ou a serviços bancários não significa, necessariamente, ter uma relação saudável com o dinheiro.

Na avaliação da representante do BC, o desafio agora envolve não apenas alcançar os grupos que permanecem excluídos, mas "assegurar que a população consiga utilizar os serviços financeiros de maneira adequada, segura e sustentável".

Ao longo da apresentação, Izabela explicou que o Banco Central trabalha com quatro pilares para promover a cidadania financeira: inclusão, educação, proteção e participação. O objetivo final, segundo ela, é ampliar o bem-estar financeiro dos brasileiros, entendido como a capacidade de administrar despesas e obrigações, enfrentar imprevistos e alcançar objetivos pessoais.

# Parcelamento sem juros não aumenta inadimplência

Parcelar uma compra em várias vezes sem juros não aumenta o risco de o consumidor entrar no crédito rotativo ou ficar inadimplente. A conclusão é de um estudo lançado ontem pelo Instituto Propague, durante o 2º Seminário de Cidadania Financeira, realizado na Ufrgs, em Porto Alegre. A pesquisa contraria uma das principais críticas ao parcelamento sem juros: a de que o acúmulo de prestações seria responsável pelo avanço das dívidas no cartão de crédito.

Elaborado pelo economista Sérgio Firpo, professor do Insper, o levantamento analisou informações de mais de 700 mil consumidores entre janeiro de 2022 e abril de 2026, a partir de dados do Sistema de Informações de Crédito (SCR) do Banco Central. O objetivo foi investigar se o hábito de dividir compras em prestações aumenta a probabilidade de o consumidor não conseguir pagar integralmente a fatura.

O resultado foi na direção contrária. Quando a participação das compras parceladas passa de 25% para 50% do valor da fatura, a probabilidade de entrar no rotativo ou ficar inadimplente não aumenta. Segundo o estudo, ela chega a apresentar uma pequena redução. O comportamento se mantém mesmo entre consumidores de menor renda e aqueles que mais utilizam o parcelamento.

Durante a apresentação, Firpo destacou que o principal objetivo da pesquisa era questionar a associação entre parcelamento sem juros e endividamento. "Não é o mecanismo de você parcelar que vai te levar a entrar no rotativo", afirmou.

Segundo o economista, os resultados indicam que o problema está menos na forma de pagamento e mais na expansão do crédito disponível aos consumidores. "O ponto principal do estudo era tirar das costas do parcelado sem juros essa caracterização", explicou.